

## CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA - SE

**Estudo Técnico Preliminar 5/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 06/2026

**2. Descrição da necessidade**

A necessidade da presente contratação decorre da importância de promover a capacitação contínua dos servidores públicos que atuam direta ou indiretamente nos procedimentos de licitações e contratos administrativos, especialmente diante das constantes atualizações normativas e da crescente complexidade das atividades relacionadas à gestão das contratações públicas.

Com a vigência da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), a Administração Pública passou a demandar maior nível de qualificação técnica dos agentes públicos responsáveis pelo planejamento, condução e fiscalização dos processos de contratação, exigindo conhecimentos atualizados acerca das novas modalidades, fases procedimentais, instrumentos de planejamento, gestão e controle das contratações públicas. Nesse contexto, torna-se indispensável o aperfeiçoamento técnico dos servidores, a fim de assegurar que os procedimentos administrativos sejam conduzidos com observância aos princípios da legalidade, eficiência, planejamento, transparência e controle.

A participação dos servidores em curso especializado na área de licitações e contratos permitirá o aprimoramento das competências técnicas necessárias para o desempenho das atribuições institucionais, contribuindo para a correta aplicação da legislação vigente, para o fortalecimento da governança nas contratações públicas e para a mitigação de riscos administrativos, jurídicos e operacionais. Além disso, a qualificação profissional favorece a padronização de procedimentos, a melhoria da qualidade dos processos administrativos e a adoção de práticas mais eficientes e seguras na gestão pública.

Dessa forma, a capacitação proposta apresenta-se como medida necessária e estratégica para o fortalecimento institucional, proporcionando atualização normativa, troca de experiências e aprofundamento prático sobre os temas relacionados às licitações e contratos administrativos, o que contribuirá diretamente para a melhoria da gestão pública e para a adequada utilização dos recursos públicos.

**3. Área requisitante**

| Área Requisitante                | Responsável                |
|----------------------------------|----------------------------|
| Gabinete da Presidência – CRF/SE | Daniel Andrade de Oliveira |

**4. Descrição dos Requisitos da Contratação**

A contratação deverá atender a requisitos técnicos e operacionais que assegurem a efetividade da capacitação dos servidores públicos, considerando a necessidade de aprimoramento das práticas relacionadas a licitação, em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

O objeto da contratação consiste na inscrição de servidores em curso de capacitação especializado na área de Licitações, com conteúdo atualizado e abordagem teórica e prática, voltada à realidade da Administração Pública.

A capacitação deverá proporcionar aos participantes o aprimoramento dos conhecimentos relacionados à aplicação da legislação vigente, especialmente no que se refere às disposições da Lei nº 14.133/2021, abordando aspectos relevantes do planejamento das contratações públicas, da adequada instrução dos processos administrativos, da padronização de procedimentos e da adoção de boas práticas na condução das licitações.

Além disso, o curso deverá contribuir para o fortalecimento das competências técnicas dos servidores que atuam nas diversas etapas do processo de contratação pública, promovendo atualização normativa, troca de experiências e aperfeiçoamento prático das atividades desempenhadas no âmbito da Administração, de modo a favorecer maior eficiência administrativa, segurança jurídica, transparência e qualidade na gestão das contratações públicas.

A capacitação deverá ser ministrada por profissional ou equipe com notório conhecimento e comprovada experiência nas áreas de governança pública, gestão pública e planejamento governamental, com atuação comprovada em capacitações, consultorias, assessoramentos ou atividades técnicas correlatas voltadas à Administração Pública, garantindo a qualidade do conteúdo ministrado e a efetiva transferência de conhecimento aos servidores participantes.

Deverá ser utilizada metodologia compatível com o nível de complexidade do tema, priorizando abordagem didática, linguagem clara e conteúdo aplicado, com utilização de estudos de caso, exemplos práticos, análise de situações reais, orientações procedimentais e esclarecimento de dúvidas, de modo a possibilitar a imediata aplicação do conhecimento adquirido no cotidiano administrativo.

A capacitação deverá ser ofertada em formato presencial, devendo garantir carga horária suficiente para o aprofundamento dos conteúdos, bem como a participação ativa dos servidores, com disponibilização de material didático atualizado, suporte técnico durante a execução e, quando cabível, certificação de participação.

O serviço deverá ser executado em conformidade com a legislação vigente, observando os princípios que regem a Administração Pública, especialmente os da legalidade, eficiência, economicidade, transparência e interesse público, assegurando a adequada transferência de conhecimento e o alinhamento às necessidades institucionais desta Autarquia.

A Habilitação Jurídica visa a demonstrar a capacidade da contratada exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada. Nesta contratação ela será comprovada mediante:

- a. Registro Comercial, no caso de empresa individual.
- b. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhados de documentos de eleição de seus administradores.
- c. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhadas de prova de diretoria em exercício.
- d. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**A Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista será comprovada mediante:**

- a. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.
- b. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta licitação, com seus respectivos prazos de validade em vigor.
- c. Prova de regularidade perante a Fazenda Federal mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Receita Federal e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, na forma de lei específica;
- d. Prova de Regularidade para com as Fazendas Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma de lei específica;
- e. Regularidade perante a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), na forma de lei específica;
- f. Prova de regularidade relativa ao FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), demonstrando situação regular quanto ao cumprimento dos encargos sociais instituídos, na forma de lei específica;
- g. Declaração para fins de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de dezois anos;

**A Qualificação Técnica será comprovada mediante:**

- a. Comprovação que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática na execução de serviço de características semelhantes com o objeto da contratação, mediante apresentação de Atestados ou Certidões, fornecidos por pessoa

jurídica de direito público ou privado, que comprove aptidão para a prestação do serviço e que seja pertinente e compatível com o objeto;

#### **A Habilitação Econômico-financeira será comprovada mediante:**

- a. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da contratada, ou no site do Tribunal de Justiça do Estado do domicílio da contratada.

Devendo garantir a confidencialidade das informações às quais tiver acesso durante a execução dos serviços, observando integralmente as normas de proteção de dados pessoais e o sigilo fiscal, sob pena de responsabilização administrativa, civil e penal.

Os requisitos para a presente contratação consistem na relação de condições necessárias para a celebração do contrato. Para tanto, a empresa contratada precisará demonstrar a regularidade quanto aos documentos de habilitação exigidos nos artigos 66 a 69 da Lei 14.133/2021, bem como outras condições inerentes ao objeto do contrato.

## **5. Levantamento de Mercado**

O levantamento de mercado identificou diferentes alternativas disponíveis para atingir o objetivo de capacitação dos servidores públicos desta Autarquia, dentre as quais se destacam:

### **a) Cursos na modalidade EAD (ensino a distância)**

Permitem flexibilidade de horários e menor custo direto. Contudo, apresentam limitações quanto à interação prática, ao aprofundamento dos debates e à troca de experiências com outros profissionais, aspectos relevantes diante da complexidade da Lei nº 14.133/2021.

### **b) Cursos on-line ao vivo**

Proporcionam maior interação em relação ao EAD gravado, porém ainda apresentam restrições quanto à imersão, networking institucional e consultorias práticas, além de dependerem de fatores tecnológicos que podem comprometer a experiência do participante.

### **c) Cursos presenciais de curta duração**

Oferecem contato direto com especialistas, maior engajamento e melhor aproveitamento prático. Entretanto, quando realizados de forma isolada ou com carga horária reduzida, podem não atender **plenamente à complexidade e à abrangência dos temas exigidos pela nova legislação.**

### **d) Cursos presenciais imersivos e especializados**

Caracterizam-se por elevada carga horária, programação estruturada, abordagem prática e estratégica, participação de especialistas renomados, realização de workshops simultâneos, debates técnicos e possibilidade de networking qualificado. Essa alternativa se mostra mais adequada para capacitação aprofundada de servidores que atuam diretamente no setor de licitações.

## **Conclusão**

Após análise das alternativas de capacitação disponíveis no mercado, verifica-se que a modalidade presencial se apresenta como a solução mais adequada e eficaz para alcançar os objetivos pretendidos, especialmente no que se refere ao aprofundamento técnico dos procedimentos relacionados às licitações públicas, conforme estabelecido pela Lei nº 14.133/2021.

A opção por curso presencial especializado mostra-se mais apropriada para atender às necessidades de capacitação dos servidores públicos que atuam direta ou indiretamente nos processos licitatórios, considerando a complexidade normativa e procedimental que envolve a condução das licitações no âmbito da Administração Pública.

A modalidade presencial possibilita maior aprofundamento dos conteúdos, interação direta com o instrutor e troca de experiências entre os participantes, fatores que favorecem a compreensão prática dos temas abordados e o esclarecimento imediato de dúvidas. Esse formato permite ainda a análise de casos práticos aplicados à realidade da Administração Pública, discussão de situações recorrentes nos processos licitatórios e apresentação de ferramentas de apoio que auxiliem na condução das atividades relacionadas às licitações.

Além disso, cursos especializados nessa temática são estruturados com foco na legislação vigente, nos entendimentos atualizados dos órgãos de controle e nas boas práticas relacionadas à condução das licitações públicas, garantindo conteúdo direcionado, atualizado e compatível com as demandas institucionais da Administração Pública. A concentração da capacitação em período determinado contribui para o melhor aproveitamento da carga horária e para maior efetividade no processo de aprendizagem.

Sob a ótica do interesse público, a escolha por curso presencial especializado proporciona maior retorno institucional, uma vez que contribui para o fortalecimento das competências técnicas dos servidores, para o aprimoramento da qualidade dos processos administrativos e para a redução de riscos relacionados à condução inadequada dos procedimentos licitatórios. Trata-se, portanto, da solução que melhor concilia eficiência, qualidade e efetividade, alinhando-se aos objetivos estratégicos da Administração Pública e às exigências estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021.

Após análise comparativa das alternativas de capacitação disponíveis, verifica-se que a **modalidade presencial** se apresenta como a solução mais adequada e eficaz para alcançar os objetivos pretendidos, especialmente no que se refere ao aprofundamento técnico e à aplicação prática dos instrumentos que compõem a fase preparatória das contratações públicas, conforme estabelecido pela Lei nº 14.133/2021.

A opção por curso presencial e especializado mostra-se mais apropriada para atender às necessidades de capacitação dos servidores públicos que atuam diretamente no planejamento e na instrução dos processos de contratação pública, tendo em vista a complexidade técnica envolvida na elaboração de documentos essenciais, tais como o Estudo Técnico Preliminar (ETP), a Pesquisa de Preços, o Mapa de Riscos e o Termo de Referência ou Projeto Básico.

## 6. Descrição da solução como um todo

A solução proposta consiste na realização de curso presencial imersivo e especializado, voltado à capacitação de servidores públicos do Conselho Regional de Farmácia de Sergipe, com foco no fortalecimento das práticas de governança pública, planejamento estratégico, integração entre gestão e controle e aprimoramento da tomada de decisões na Administração Pública.

A capacitação deverá contemplar, de forma integrada e sistemática, conteúdos teóricos e práticos relacionados à Governança Pública Integrada na prática, abordando temas como gestão pública orientada a resultados, integração entre planejamento, execução e controle das políticas públicas, transparência, accountability, gestão de riscos, boas práticas administrativas e fortalecimento da governança institucional, proporcionando aos participantes uma visão ampla e aplicada das ferramentas de gestão pública contemporânea.

Como parte integrante da solução, deverão ser asseguradas condições adequadas de assistência técnica e pedagógica durante a execução do curso, compreendendo o esclarecimento de dúvidas, o suporte necessário à plena compreensão dos conteúdos e a orientação quanto à aplicação prática dos temas abordados no contexto da Administração Pública. Tal assistência deverá ser prestada por profissional ou equipe com notória especialização e experiência comprovada nas áreas de governança pública, gestão pública e planejamento governamental.

A solução deverá prever, ainda, a disponibilização de material didático atualizado e compatível com a legislação vigente, bem como a adequação dos conteúdos durante a execução da capacitação, caso ocorram

alterações normativas relevantes ou novos entendimentos dos órgãos de controle, garantindo a manutenção da atualidade e da qualidade técnica do serviço prestado.

Todas as atividades deverão observar as exigências legais aplicáveis à prestação de serviços de natureza intelectual, especialmente quanto à qualidade, responsabilidade técnica e atendimento aos princípios que regem a Administração Pública, tais como legalidade, eficiência, economicidade, transparência e interesse público.

Dessa forma, a solução apresentada atende de maneira adequada às necessidades desta Autarquia, assegurando a qualificação técnica dos servidores e o fortalecimento das práticas de governança e gestão pública, contribuindo para o aprimoramento institucional e para a melhoria da prestação dos serviços públicos no âmbito do Conselho Regional de Farmácia.

Nesse contexto, identifica-se o evento “Licita Sergipe” a ser realizado nos dias 21 e 22 de maio, presencialmente na cidade de Aracaju, que de acordo com a proposta, anexo deste ETP, apresenta-se como:

“um evento inovador e de alto nível técnico, criado para transformar a forma como servidores públicos, empresários e profissionais do setor enxergam e aplicam a Lei nº 14.133/2021 – Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos.

Com a coordenação do Professor Marcus Alcântara, o evento tem uma proposta moderna, dinâmica e orientada à prática, diferenciando-se por ir além das exposições tradicionais, promovendo debates, mesas-redondas, painéis interativos e bate-papos técnicos que aproximam a teoria da realidade cotidiana das contratações públicas.

Durante dois dias de imersão, o Licita Sergipe discutirá os principais dispositivos da Lei 14.133/2021, explorando temas estratégicos como planejamento das contratações, governança, contratações diretas, gestão e fiscalização de contratos, registro de preços, licitações eletrônicas, controle interno, dentre outros.

O objetivo é capacitar e preparar servidores públicos e empresários, promovendo segurança jurídica, eficiência administrativa e alinhamento com as boas práticas e com os entendimentos dos órgãos de controle.”

Além dos objetivos relatados, a capacitação conta com uma equipe de grandes especialistas no campo da licitação pública e dos contratos administrativos, tais como: Ministro Benjamin Zymler, Paulo Alves, Ronny Charles, Marcus Alcântara, Dayse Teles, Anderson Pedra, Tatiana Camarão, Lúcio Mário Góis, Adriano Venceslau Júlio Filgueira, Priscilla Leó e Carla Brito debatendo temas de grande relevância:

## Programação

| DIA 21 DE MAIO – QUINTA-FEIRA |   |  |
|-------------------------------|---|--|
| HORÁRIO                       | ATIVIDADE   | PALESTRANTE  |
| 8h                            | Credenciamento e café de boas vindas  | -  |
| 8h30                          | Mesa de Abertura  | Autoridades  |
| 9h                            | Painel da Governança: Como superar o desafio da Governança na Administração Pública.  | Lúcio Mário Góis, Adriano Venceslau e Júlio Figueira                         |
| 10h30                         | Contratação direta na Lei 14.133/2021: Grandes poderes, grandes responsabilidades   | Marcus Alcântara   |
| 12h                           | INTERVALO DO ALMOÇO   | -  |
| 13h                           | Boas práticas em Planejamento: como conectar as contratações com o interesse público  | Paulo Alves  |
| 14h40                         | Ferramentas do mercado para auxiliar no processo de contratação   | Empresa parceira   |
| 15h                           | CAFEZINHO   | -  |
| 15h20                         | Guia do fiscal de contratos: Atribuições, pontos de atenção e melhores práticas.  | Tatiana Camarão  |
| 16h50                         | Agora é que são elas: quando a experiência vira o jogo  | Dayse Teles, Priscilla Leô, Carla Brito e Tatiana Camarão                    |
| 18h                           | Encerramento  | -  |
| DIA 22 DE MAIO - SEXTA-FEIRA  |   |  |
| 8h                            | PAINEL DE CONTROLE: As contratações públicas sob a ótica do Controle  | TCE, TCU, MP, OAB, Controle Interno  |
| 9h40                          | Ferramentas do mercado para auxiliar no processo de contratação   | Empresa parceira   |
| 10h                           | CAFEZINHO   | -  |
| 10h20                         | Assessoria Jurídica nas contratações públicas: afinal de contas, é preciso opinar em todos os processos? Quais os limites da atuação do Jurídico? | Anderson Pedra   |
| 12h20                         | INTERVALO DO ALMOÇO   | -  |
| 13h30                         | Sistema de Registro de Preços descomplicado: pontos polêmicos e velhos mitos superados  | Ronny Charles  |
| 15h                           | Talk show Licitação sem erros: as novas interpretações para temas sensíveis da Lei 14.133/2021  | Ronny Charles, Marcus Alcântara, Paulo Alves, Priscilla Leô e Anderson Pedra |
| 16h30                         | Como o TCU vem auxiliando a implementação da Lei 14.133/2021 na Administração Pública Brasileira  | Ministro Benjamin Zylber   |
| 17h40                         | Sorteio de brindes  | -  |
| 18h                           | Coquetel de encerramento  | -  |

Dessa forma, a solução apresentada atende de maneira adequada às necessidades desta Autarquia, assegurando a qualificação técnica dos servidores e o fortalecimento das práticas de governança e gestão pública, contribuindo para o aprimoramento institucional e para a melhoria da prestação dos serviços públicos no âmbito do Conselho Regional de Farmácia.

No que concerne ao procedimento para a contratação, sabe-se os renomados palestrantes possuem notória especialização acerca do tema licitações públicas e contratos administrativos, nesse sentido, a Lei n.º 14.133/2021 definiu o procedimento para a contratação de empresa com notória especialização, a inexigibilidade de licitação, nos termos do artigo 74, inciso III, alínea “f” da Lei n.º 14.133/2021. É o caso da inscrição de servidores no referido evento. Vejamos o que prevê a legislação mencionada:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

- a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos ou projetos executivos;
- b) pareceres, perícias e avaliações em geral;
- c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;
- d) fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;
- e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;
- f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

g) restauração de obras de arte e de bens de valor histórico;

h) controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras e do meio ambiente e demais serviços de engenharia que se enquadrem no disposto neste inciso;

IV - objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento;

V - aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

Diante do texto legal, verifica-se que essas contratações cabem somente para os serviços técnicos especializados, de natureza predominantemente intelectual, conforme rol exemplificativo acima destacado.

Além da característica técnica dos serviços, já prevista no inciso III, alínea “f”, o qual fora destacado acima, a norma ainda estabelece que estes devem ser executados por profissional de notória especialização, estando essa definição presente tanto no §3º do art. 74, como no inciso XIX do art. 6º, ambos da Lei nº 14.133/2021, os quais merecem ser destacados:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XIX - notória especialização: qualidade de profissional ou de empresa cujo conceito, no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permite inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato;

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

(...)

§ 3º Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Nesse sentido, cabe destacar também a Súmula nº 39 do Tribunal de Contas da União – TCU, que, em que pese faça referência a legislação já revogada (Lei nº 8.666/93), enquadra-se perfeitamente na situação aqui vivenciada:

SÚMULA TCU 39: A inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos com pessoas físicas ou jurídicas de notória especialização somente é cabível quando se tratar de serviço de natureza singular, capaz de exigir, na seleção do executor de confiança, grau de subjetividade insuscetível de ser medido pelos critérios objetivos de qualificação inerentes ao processo de licitação, nos termos do art. 25, inciso II, da Lei 8.666/1993.

[illegible]

Presidente do Conselho de Ministros, o investigador universitário JCS, diretor-presidente da Companhia Brasileira de Telecomunicações (CBT) e diretor da carreira de Superiores Militares de Justiça por José Afonso. Atribuiu ao conteúdo do Auditorio Operacional e do Departamento de Conselho da Justiça Federal, destacando em frases a sua importância no âmbito administrativo, econômico, jurídico, social e cultural, assim como a importância do Brasil e da Constituição Federal e a profissão, assim como a importância social (Cf. CBT, 1997, 1999) a sua atuação no governo.

[illegible]

Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Sergipe (UFS); Pós-graduado em Contabilidade pela Fundação Instituto de Cursos (FACULTEDE); Pós-graduado em Gestão Gerencial das Pequenas e Médias Empresas da Universidade de Sergipe (UES); Pós-graduado em Logística na Universidade de Sergipe (UES); Pós-graduado em Administração Financeira e Orçamentária na Universidade de Sergipe (UES); Pós-graduado em Auditoria da TRF; Vice-Presidente do Instituto Nacional de Contribuintes Rápidos (INCR); Consultor do SPMAC Consultoria; Professor em cursos.



Divisão de RH/AC, Universidade Pública, Recife/PE em Ciências Exatas para licenciatura Teóricas (ANT). Pós-graduado em Ciências Sociais na Universidade Pública. Pós-graduado em Gestão de Pessoas, Especialista em Administração Financeira, Especialista em Comércio e Comércio de Seguros, Pós-graduado.



relatando a conclusão (testemunha Pedro Albuquerque), Wenceslau de Souza de Freitas (jurista) foi designado pelo Conselho para coordenar o trabalho. Depois de 10 dias de trabalho para o PPS, o Conselho de Estado (Constitucional) e o Departamento de Polícia Civil de São Paulo (polícia) foram convocados para discutir o trabalho. Segundo o relatório, o Conselho de Estado (Constitucional) e o Departamento de Polícia Civil de São Paulo (polícia) foram convocados para discutir o trabalho. Segundo o relatório, o Conselho de Estado (Constitucional) e o Departamento de Polícia Civil de São Paulo (polícia) foram convocados para discutir o trabalho.

[illegible]

**Secretário-Geral do Ministério Público Federal em Sergipe** Mestre em Administração Pública, Especialista em Gestão Pública e em Gestão de Pessoas com Teaching Qualidade em Engenharia Civil. Autor de artigos, classificações sobre governança nas organizações públicas, empresas públicas, organizações e empresas públicas brasileiras. Exerceu o MPF no 30.º ano, com mais de 10 anos em cargos de gestão e liderança. Possui mais de 17 anos em cargos de liderança no âmbito da Secretaria Nacional de Administração do Ministério Público Federal.

[illegible]

desagrega a Previdência (a) e o Conselho de Contas e o Conselho de Fomento; desmembra-se a Administração Pública (PROPPROFIC) (serviços públicos com atuação na área de regulamentação, no âmbito da Secretaria Jurídica do Procurador do Estado).

3 de 14



contratação se enquadra na condição legal transcrita, haja vista, que a realização de licitação seria um método inadequado para obtenção da proposta mais vantajosa, em decorrência da impossibilidade de expressar no ato convocatório, parâmetros objetivos para seleção de participante apto a executar os serviços demandados.

Desta forma, nos casos de contratação direta, por inexigibilidade de licitação, além das condições apresentadas no art. 74, a Lei de Licitações e Contratos estabelece em seu artigo 72, o procedimento a ser utilizado para a confecção do processo de contratação:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Nesta feita, ainda que o presente caso se enquadre na hipótese de inexigibilidade de licitação, na forma do art. 74, inciso III, alínea “f” da Lei nº 14.133/2021, o procedimento deve ser instruído nos moldes acima destacados.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As especificações e estimativas das quantidades estão expostas na tabela abaixo. As informações são derivadas de levantamentos realizado pelo demandante que, considerando para a consolidação do quantitativo os colaboradores que atuam diretamente nas etapas do processo de contratação do CRF/SE.

| ITEM | DESCRIÇÃO DA DEMANDA   | UNID DE FORNECIMENTO | QUANT | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL  |
|------|--|----------------------|-------|----------------|--------------|
| 01   | Inscrição para participação no evento para capacitação de servidores | Serviço (inscrição)  | 3     | R\$ 2.490,00   | R\$ 7.470,00 |

Sendo assim, conforme demonstrado, para o correto atendimento das necessidades desta Autarquia, faz-se necessária a inscrição dos colaboradores: Francisco César Alvaia da Cruz Neto; Patrícia de Moura Melo e Gustavo de Melo Carvalho.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 7.470,00

Conforme consta no site do evento (<https://www.licitasergipe.com.br/>), o valor unitário da inscrição corresponde a quantia de **R\$ 2.490,00 (dois mil quatrocentos e noventa reais)** perfazendo a quantia total de **R\$ 7.470,00 (sete mil quatrocentos e setenta reais)**, para a inscrição de 03 (três) servidores.

Sabe-se que, nos casos de contratação direta, a pesquisa de preços segue com o procedimento previsto no §4º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e art. 7º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65 de 7 de julho de 2021, vejamos:

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

(...)

§ 4º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

Art. 7º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa de licitação, aplica-se o disposto no art. 5º.

§ 1º Quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida no art. 5º, a justificativa de preços será dada com base em valores de contratações de objetos idênticos, comercializados pela futura contratada, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes, públicos ou privados, no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

Ademais, cabe destacar, que em recente reunião realizada pelo Instituto Nacional da Contratação Pública – INCP, foram formulados alguns enunciados, sendo perfeitamente aplicável na situação ora vivenciada, o enunciado nº12, que possui a seguinte redação:

“A hipótese de inexigibilidade de licitação do art. 74, inc. III, da Lei 14.133/2021 não exige pesquisa prévia de preços, devendo a Administração identificar o profissional ou empresa a ser contratada nos termos do §3º daquele artigo, justificando o preço conforme o art. 23, §4º da mesma Lei. (Aprovado por unanimidade).” <https://www.incpbrasil.com.br/enunciados-aprovados/>

Nesse sentido, a empresa disponibilizou os documentos necessários a comprovação do preço ofertado, os quais constam em anexo e na tabela a seguir:

| Contratação Semelhante | Órgão Contratante                            | Valor Contratado<br>Unitário (R\$) | Valor Contratado<br>Total (R\$) |
|------------------------|--|------------------------------------|---------------------------------|
| CONTRATO Nº 027/2026   | PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO ALEIXO | R\$ 2.490,00                       | R\$ 7.470,00                    |
|                        |  |                                    |                                 |

|  |  |              |              |
|--|--|--------------|--------------|
| NOTA DE EMPENHO - Nº 5070016<br>/2026 07/05/2026 | PREFEITURA MUN. DE ARAUA               | R\$ 2.490,00 | R\$ 7.470,00 |
| Nota de Empenho 05130001                         | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE<br>LAGARTO | R\$ 2.490,00 | R\$ 4.980,00 |

Diante do apresentado, conclui-se que o valor ofertado da presente contratação é condizente com o praticado pelo mercado, estando devidamente justificado, em atendimento ao disposto no §4º do art. 23 da Lei nº 14.133 /2021, bem como ao art. 7º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65 de 7 de julho de 2021.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Não se mostra viável o parcelamento da presente contratação, tendo em vista que o objeto consiste em capacitação especializada e integrada, cuja efetividade depende da unidade metodológica, da coerência didática e da continuidade do conteúdo a ser ministrado. O fracionamento do objeto comprometeria a uniformidade das orientações técnicas, a abordagem sistêmica dos temas e a adequada correlação entre as etapas do ciclo da contratação pública e sua fase preparatória prevista na Lei nº 14.133/2021.

A capacitação demanda condução por profissional ou equipe que detenha domínio integral dos conteúdos, assegurando alinhamento conceitual e prático entre os temas abordados, a execução dos procedimentos licitatórios. O parcelamento poderia resultar em abordagens divergentes, interpretações conflitantes da legislação e descontinuidade do processo de aprendizagem, gerando prejuízos à Administração.

Além disso, a contratação fragmentada dificultaria a gestão administrativa e o acompanhamento da execução do serviço, ampliando riscos operacionais, custos indiretos e retrabalho, em desacordo com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público. A solução integrada, por sua vez, permite melhor aproveitamento do conteúdo, maior interação entre os participantes e efetiva consolidação do conhecimento, com reflexos diretos na melhoria dos processos administrativos.

Dessa forma, considerando a natureza do objeto, a necessidade de padronização das orientações técnicas e a busca pela máxima eficiência administrativa, conclui-se que não é viável o parcelamento da contratação, sendo recomendável a sua execução de forma única e integrada, em atendimento ao disposto no art. 18, § 1º, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O alinhamento da presente contratação com o planejamento institucional do Conselho Regional de Farmácia do Estado de Sergipe – CRF/SE encontra-se devidamente demonstrado, nos termos do artigo 9º, inciso IX, da Instrução Normativa SEGES nº 58/2022, considerando que a participação dos servidores no evento “Licita Sergipe 2026” está diretamente relacionada ao fortalecimento das atividades administrativas desenvolvidas por esta Autarquia, especialmente no âmbito das contratações públicas, gestão e fiscalização contratual.

A capacitação pretendida mostra-se compatível com as necessidades institucionais do CRF/SE, tendo em vista que os servidores participantes exercem funções diretamente vinculadas aos procedimentos licitatórios, planejamento das contratações, gestão de contratos administrativos e acompanhamento da execução contratual, atividades essenciais ao adequado funcionamento da Administração Pública e à observância das disposições da Lei nº 14.133/2021.

Além disso, a contratação está alinhada às diretrizes de governança pública, eficiência administrativa, desenvolvimento institucional e aperfeiçoamento contínuo dos agentes públicos, contribuindo para a mitigação de riscos, fortalecimento dos controles internos, aumento da segurança jurídica dos atos administrativos e melhoria da qualidade dos serviços prestados pelo Conselho.

Ressalta-se, ainda, que o conteúdo programático do evento contempla temas estratégicos e atuais relacionados às contratações públicas, governança, planejamento, fiscalização contratual e atuação dos órgãos de controle, aspectos que possuem aderência direta às demandas administrativas do CRF/SE e aos objetivos institucionais de modernização e aprimoramento da gestão pública.

Dessa forma, evidencia-se que a presente contratação encontra-se em consonância com o planejamento institucional e com o interesse público, configurando medida necessária ao aprimoramento técnico dos servidores e ao fortalecimento das atividades administrativas desempenhadas no âmbito deste Regional.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

A contratação de capacitação especializada na área de Licitações visa alcançar resultados concretos e mensuráveis em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros no âmbito do Conselho Regional de Farmácia.

No que se refere aos recursos humanos, espera-se o aprimoramento das competências técnicas dos servidores públicos que atuam direta ou indiretamente nos processos licitatórios. A capacitação possibilitará a atualização dos conhecimentos relacionados à legislação vigente, especialmente à Lei nº 14.133/2021, contribuindo para o desenvolvimento de habilidades voltadas à adequada condução dos procedimentos de licitação, à correta instrução dos processos administrativos e à observância das boas práticas aplicáveis à Administração Pública.

Quanto à economicidade, a qualificação dos servidores tende a contribuir para a melhoria da condução das licitações públicas, possibilitando decisões mais fundamentadas e maior eficiência na utilização dos recursos públicos. A correta aplicação da legislação e dos procedimentos licitatórios reduz a ocorrência de falhas processuais, minimiza riscos administrativos e jurídicos, evita retrabalhos e favorece a realização de contratações mais eficientes, transparentes e alinhadas ao interesse público.

No tocante aos recursos materiais e financeiros, a capacitação contribuirá para o uso mais racional dos meios disponíveis, uma vez que servidores devidamente qualificados tendem a conduzir os processos licitatórios com maior segurança técnica, observando os princípios da legalidade, da eficiência, da competitividade e da transparência. Tal aprimoramento reflete diretamente na melhoria da qualidade dos processos administrativos e na otimização dos resultados obtidos pela Administração Pública.

Dessa forma, os resultados pretendidos com a contratação refletem-se no fortalecimento das práticas administrativas relacionadas às licitações, na melhoria da capacidade institucional da Administração Pública e na utilização mais eficiente dos recursos públicos, contribuindo para maior qualidade na condução dos processos licitatórios, maior segurança jurídica e melhores resultados para a gestão pública.

## **13. Providências a serem Adotadas**

Após a conclusão deste Estudo Técnico Preliminar, será elaborado o Termo de Referência para a contratação de capacitação de servidores públicos em **curso especializado na área de Licitações**, com o objetivo de fortalecer as competências técnicas dos agentes públicos envolvidos na condução dos procedimentos licitatórios, promovendo a atualização normativa e o aperfeiçoamento das práticas administrativas relacionadas às contratações públicas no âmbito do Conselho Regional de Farmácia de Sergipe. Caso aprovado pela Administração, será realizado o processo de contratação, adotando-se o procedimento compatível com a legislação vigente, em especial ao artigo 72 da Lei nº 14.133/2021, e observando-se os princípios da economicidade, eficiência, legalidade e interesse público.

Com a aprovação, homologação e formalização do instrumento contratual, a Administração Pública poderá dar início à execução da capacitação, assegurando o cumprimento das especificações técnicas, da carga horária, dos conteúdos programáticos e das condições estabelecidas para a realização do curso. Dessa forma, será garantido o adequado aprimoramento profissional dos servidores participantes, contribuindo para a melhoria da condução dos processos licitatórios, para o fortalecimento das práticas administrativas e para o aumento da eficiência na gestão pública, em benefício do interesse público e da qualidade dos serviços prestados à população.

## **14. Possíveis Impactos Ambientais**

A contratação para capacitação de servidores caracteriza-se como serviço de natureza intelectual, não envolvendo atividades que resultem em exploração de recursos naturais, geração significativa de resíduos sólidos ou impactos diretos ao meio ambiente. Em razão de sua natureza, os impactos ambientais associados à capacitação são considerados mínimos.

Eventuais impactos ambientais limitam-se ao consumo moderado de recursos, como energia elétrica e materiais de apoio utilizados durante a realização da capacitação, os quais possuem baixa relevância ambiental e são compatíveis com atividades administrativas rotineiras. Tais impactos podem ser mitigados mediante a adoção de práticas sustentáveis, como a priorização de materiais digitais, o uso racional de recursos e a observância de boas práticas ambientais no ambiente de realização da capacitação

Ressalte-se, ainda, que a capacitação contribui de forma indireta para impactos ambientais positivos, ao fortalecer o conhecimento técnico do servidor quanto ao planejamento das contratações públicas, possibilitando a incorporação de critérios de sustentabilidade, eficiência e racionalização do uso de recursos nas futuras aquisições e contratações realizadas pela Administração Pública.

Dessa forma, conclui-se que os impactos ambientais decorrentes da capacitação são reduzidos, controláveis e compatíveis com os princípios da sustentabilidade e do interesse público.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Diante das razões expostas ao longo do Estudo Técnico Preliminar – ETP, bem como das soluções analisadas, conclui-se pela viabilidade e pelo prosseguimento da contratação, considerando sua relevância, oportunidade e alinhamento aos objetivos institucionais do Conselho Regional de Farmácia, especialmente no que se refere ao fortalecimento das práticas administrativas relacionadas às licitações públicas e ao aprimoramento da condução dos processos licitatórios no âmbito da Administração Pública.

A capacitação pretendida, por meio de curso especializado na área de Licitações, mostra-se adequada e necessária para o aprimoramento técnico dos servidores públicos que atuam direta ou indiretamente na condução dos procedimentos licitatórios. A iniciativa contribuirá para a atualização dos conhecimentos relacionados à legislação vigente, em especial à Lei nº 14.133/2021, bem como para o aperfeiçoamento das práticas administrativas adotadas na realização das licitações, promovendo maior segurança jurídica, padronização de procedimentos e maior eficiência na gestão pública.

Assim, restam atendidos os pressupostos técnicos, administrativos e legais que justificam a contratação, evidenciando-se o interesse público envolvido e a pertinência da solução proposta para o atendimento das necessidades institucionais do Conselho Regional de Farmácia de Sergipe, contribuindo para o fortalecimento da capacidade administrativa, para a melhoria da qualidade dos processos licitatórios e para a adequada aplicação dos recursos públicos.

Diante disso, os responsáveis pela elaboração do presente Estudo Técnico Preliminar declaram **viável** a contratação proposta, considerando a natureza do objeto, a especificidade da capacitação pretendida e a necessidade de atendimento às demandas técnicas do setor de licitações e contratos administrativos. Diante da singularidade do serviço e da especialização requerida, a contratação deverá ocorrer por meio de **inexigibilidade**, nos termos da legislação vigente.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**DANIEL ANDRADE DE OLIVEIRA**

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 19/05/2026 às 08:49:10.

**FRANCISCO CESAR ALVAIA DA CRUZ NETO**

Agente de contratação



*Assinou eletronicamente em 18/05/2026 às 16:17:46.*

**GUSTAVO DE MELO CARVALHAL**

Administrador



*Assinou eletronicamente em 18/05/2026 às 16:28:36.*